



O Grupo Folha deseja a todos um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações

Buscar Notícias...



FOLHA

DE BOA VISTA

Ano XXXIV

Edição 5572

Um Jornal Necessário

[Página Inicial](#)

EDITORIAS

[Cidades](#)

[Especiais](#)

[Esportes](#)

[Opinião](#)

[Polícia](#)

[Política](#)

[Variedades](#)

COLUNAS

[Agenda Folha](#)

[Criançada](#)

[Despertai](#)

[Em Pauta](#)

[Jessé Souza](#)



Comentar



Imprimir



Enviar por E-mail

:: Publicidades ::

(In)segurança nos países sul-americanos

Fonte: a A A

Elói Martins Senhoras *

O estado de segurança em determinado país somente pode ser apreendido como o resultado relacional de forças de interação do tempo presente e de forças que vão se cristalizando como estruturas na formação histórica de cada Estado Nacional segundo padrões variáveis determinados pelas especificidades de cada experiência, que se pautam pela ação de diferentes atores dentro e fora das fronteiras nacionais.



Minha Rua Fala**Ok!á****Parabólica****PodCast****Shirley Rodrigues****Sua Foto Vale Real****Vida de Repórter**

De um lado, observa-se o caso dos países desenvolvidos, onde tradicionalmente existiu uma concepção restrita sobre a segurança, que se baseia na compreensão da existência de meios de proteção contra ameaças externas por meio das políticas de defesa nacional e do uso das forças armadas, haja vista que a formação histórica nacional destes países é permeada por relativa estabilidade nas relações político-civis, civil-militares e político-militares.

De outro lado, registra-se o caso de boa parte dos países em desenvolvimento, onde há uma concepção ampliada da segurança, que toma como referência a existência de tanto ameaças externas quanto de vulnerabilidades internas uma vez que existe uma relativa instabilidade nas relações político-civis que muitas vezes criam transbordamentos nas relações civil-militares e político-militares.

Este quadro comparativo da formação histórica dos países mostra como o processo de state building é definidor de estruturas socialmente construídas e que ao longo do tempo passam a se cristalizar em padrões de maior ou menor estabilidade, o que reflete em uma potencial maior segurança pública e internacional nos países desenvolvidos em comparação aos demais outros países.

Na América do Sul, o estado de insegurança tornou-se central na agenda pública, pois é sistêmico e transversal à maioria dos países já que existe a cristalização de uma estrutura dual de hibridéz socio-histórica na sociedade que passa por uma convulsão por meio do aumento dos índices de violência e criminalidade.

A emanação de efeitos negativos dentro das próprias fronteiras nacionais demonstra que os problemas sul-americanos concentram-se a uma agenda de insegurança pública e não de insegurança internacional uma vez que os contenciosos inter-estatais são poucos em contraposição ao elevado número de conflitos produzidos pelos baixos níveis de coesão social e que se refletem em desequilíbrios na esfera pública da sociedade civil.

As vulnerabilidades internas presentes tanto no arco de estabilidade do cone sul, quanto no arco de instabilidade das áreas andina e amazônica, demonstram que os países sul-americanos ainda estão em estágios iniciais ou intermediários no processo de state-building, fato pelo qual a natureza dos problemas

surge derivada dos padrões elevados de insegurança pública ou dos processos de transbordamento de conflitos inter-estatais entre países vizinhos.

Como o desenho de segurança pública em um país está interligado ao grau de estabilidade das relações cívicas, na América do Sul o nível de segurança durante os regimes militares esteve intimamente relacionado com as influências das relações militar-civis ditadas por uma liderança autoritária vis-à-vis aos regimes democráticos posteriores, quando o grau de insegurança aumentou devido principalmente ao grau instável produzido pelas relações político-civis.

Repensar o papel estratégico das políticas de segurança pública nos países sul-americanos passa a ser hoje um fator decisivo para romper um vazio institucional nas relações político-civis para a manutenção estável do estado democrático, motivo pelo qual se legitima crescente o debate sobre a implementação de políticas inter-setoriais conjuntas entre diferentes secretarias e esferas de governa, que possibilitem, tanto, diminuir vulnerabilidades internas por meio de políticas sociais, quanto, promover políticas preventivas de segurança democrática aliadas a políticas repressivas de tolerância zero pelas forças policiais.

*** Economista e cientista político, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Outros artigos do autor podem ser encontrados em <http://works.bepress.com/eloi>. E-mail de contato: eloisenhoras@gmail.com**

[Principal](#)[Assinatura](#)[Expediente](#)[Denúncias](#)[Classificados](#)[Fale Conosco](#)

Copyright © 2010 - Folha de Boa Vista - Todos os Direitos Reservados